



Brasília 21/10/99

COMITÊ PARA UNIVERSALIZAÇÃO FAZ PRIMEIRA REUNIÃO

O Comitê para Universalização dos Serviços de Telecomunicações, criado pela resolução 96/99 da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) como um dos grupos de trabalho estratégicos de apoio à operacionalização da nova política do setor, estabelecida pelo governo e o Congresso Nacional, fez esta tarde (21/10) a sua primeira reunião na sede da Anatel.

Os 22 membros do Comitê, que representam várias instituições públicas, governos de Estado e prefeituras, além de instituições privadas do setor, deram o passo inicial para se estabelecer as formas mais adequadas para garantir a política de universalização dos serviços, fixadas pela Lei Geral de Telecomunicações (LGT).

O conselheiro da Anatel e secretário do Comitê, Antônio Carlos Valente, dirigiu os trabalhos, que se iniciou com um relato sobre a reestruturação das telecomunicações brasileiras, a nova legislação e as metas de universalização previstas pelo novo modelo setorial. Ele ressaltou que um importante compromisso já está cumprido pelas operadoras de telefonia: a instalação de 25,8 milhões de telefones fixos no país até setembro passado. A meta para este ano (31 de dezembro) era de instalação de 25,1 milhões de linhas, o que foi superado em 700 mil terminais.

Valente disse que a nova política setorial tem dois pilares básicos, que são a universalização e a competição. A competição, esclareceu Valente, se inicia definitivamente a partir de dezembro, com a entrada em operação das empresas-espelho de telefonia fixa e de longa distância, garantindo ao usuário várias alternativas de acesso. Essas empresas vão disputar mercado com as telefônicas privatizadas no ano passado.

Já a política de Universalização, definida pela LGT e detalhada pelo Plano Geral de Metas de Universalização, subscrito pelas operadoras de telefonia fixa, é o principal instrumento para a democratização do acesso ao telefone no país. O comitê, terá como meta principal, avaliar e discutir a importância sócio-econômica dos diversos serviços de telecomunicações, especialmente do ponto de vista das políticas educacionais e de saúde.



**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
ASSESSORIA DE IMPRENSA**

O representante do Ceará, Antônio Cruz Vasques, pleiteou em nome do seu Estado, a adoção de medidas que permitam a implantação imediata de Internet, a custos reduzidos ou gratuitamente, em todas as escolas públicas, o que ganhou apoio do representante do Ministério da Educação, Alberto Castilho de Siqueira.

Isso porque, alegou Vasques, o Fundo para Universalização das Telecomunicações (Fust) - criado pela LGT e que irá custear a expansão de telefones públicos, de terminais para portadores de deficiências físicas (motoras, da fala e da audição) e de acessos à saúde e educação - depende de votação no Congresso. O projeto está tramitando no plenário da Câmara, depois de ser aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

O assunto será retomada na próxima reunião do Comitê, marcada para a última semana de novembro, entre os dias 23 e 25. Valente esclareceu que o Plano de Metas de Universalização será o principal parâmetro do Comitê, que poderá sofrer revisões periódicas, ganhando novos compromissos.

Assessoria de Imprensa – ANATEL